

PERCEPÇÃO E AVALIAÇÃO SOCIAL DAS ESTRATÉGIAS DE REPRESENTAÇÃO DO ACUSATIVO DE SEGUNDA PESSOA EM DUAS CIDADES BAIANAS

PERCEPTION AND SOCIAL EVALUATION OF STRATEGIES
OF REPRESENTATION OF THE SECOND PERSON IN THE
ACCUSATIVE CASE IN TWO CITIES OF BAHIA

Gilce de Souza Almeida¹
Universidade do Estado da Bahia

Vívian Antonino²
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: Este estudo investiga a percepção e os valores sociais e psicológicos atribuídos pelos falantes de Santo Antônio de Jesus e de Salvador às formas de endereçamento *te* e *lhe*, usadas como objeto direto de segunda pessoa. A amostra provém da aplicação de testes de avaliação subjetiva a 24 informantes de cada município, estratificados em função do sexo, da faixa etária e da escolaridade. A análise segue os princípios teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista, além de contar com o aporte da Teoria do Poder e da Solidariedade. De modo geral, os resultados apontam que os falantes: a) reconhecem, em menor ou maior grau, a diferença pragmática entre as duas variantes; b) atribuem a *lhe* traços de cortesia, formalidade e deferência e a *te* solidariedade, informalidade e intimidade e c) divergem quanto à reflexão metalinguística sobre as formas.

Palavras-Chave: Formas objetivas de tratamento; Variação linguística; Percepção; Avaliação social.

¹ gilcealmeida@gmail.com

² viviantonino@gmail.com

Abstract: *This study investigates the perception and social and psychological values attributed by Santo Antônio de Jesus and Salvador speakers to the forms of addressing 'te' and 'lhe', used as a second person's direct object. The sample comes from the application of subjective evaluation tests to 24 informants from each city, stratified according to sex, age group and education. The analysis follows the theoretical-methodological principles of Variationist Sociolinguistics, in addition to the contribution of the Theory of Power and Solidarity. In general, the results show that speakers: a) are able to recognize the pragmatic difference between the two variants, to some degree – lesser or greater; b) attribute traits of courtesy, formality and deference and solidarity, informality and familiarity and c) diverge as to the metalinguistic reflection on forms.*

Keywords: *Objective forms of treatment; Linguistic variation; Perception; Social evaluation.*

INTRODUÇÃO

Almeida (2009; 2014) estudou as estratégias de objeto direto para a referência ao interlocutor em Salvador (SSA) e em Santo Antônio de Jesus³ (SAJ), respectivamente, e apontou a ocorrência das formas *te* e *lhe* como as mais produtivas entre os falantes, destacando a utilização de *lhe*, tradicionalmente clítico dativo, em franca concorrência com *te* em contexto de acusativo, conforme os exemplos (01) e (02).

- (01) Não consigo *te* ouvir bem.
- (02) Não consigo *lhe* ouvir bem.

Embora as amostras analisadas nas pesquisas relatadas apontem similaridades quanto às estratégias de pronominalização do objeto de segunda pessoa, os subsistemas de tratamento em ambas as localidades são sensivelmente diferentes. Enquanto, em Salvador, há evidências da prevalência de *você* (DEUS, 2009; NASCIMENTO E PAIM, 2016), em SAJ, registra-se a alternância *tu~você* (OLIVEIRA, 2007; DIVINO, 2008), com uma diferenciação pragmática bastante definida: *tu* é destinado a situações informais e a tratamento de mais intimidade

³ O município de Santo Antônio de Jesus está localizado a 187 quilômetros de Salvador, por via terrestre, na região do Recôncavo Baiano, precisamente na porção conhecida como Recôncavo Sul.

e *você* a realizações mais formais e que denotam menos intimidade. Salientamos, contudo, que essa correspondência não é categórica, sobretudo no caso de *você*, que pode apresentar uso mais neutro.

Almeida (2014) ressalta que, na fala santoantoniense, essa interpretação é extensiva às formas correlatas *te* e *lhe*, empregadas tanto na função de objeto direto como na de objeto indireto. De igual modo, em seu estudo sobre a fala soteropolitana (ALMEIDA, 2009), aponta que, a despeito do registro quase exclusivo de *você* como forma subjetiva, haveria uma diferença pragmática, ainda que menos marcada, em relação aos usos de *te* e *lhe* na capital. Ao avaliar a atuação da variável faixa etária, a autora observa comportamentos opostos em relação aos grupos mais velhos (65-75 anos) e aos mais jovens (25 a 35 anos), a saber: 1) *lhe* é preservado entre os falantes mais velhos, que demonstram um uso mais neutro dessa forma, destinando-a tanto a relações que denotam cortesia, formalidade e deferência quanto às que indicam solidariedade, informalidade e intimidade e 2) *te* é mais usual entre os jovens, os quais estabelecem a diferença estilístico-pragmática deste pronome em relação a *lhe*.

Essa compreensão pauta-se no pensamento laboviano segundo o qual os falantes atribuem significados subjetivos às variantes, uma vez que “as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua” (LABOV, 2008, p. 21), bem como na Teoria do Poder e da Solidariedade (BROWN; GILMAN, 1960), que destaca a existência de duas dimensões – o poder e a solidariedade – permeando toda a vida social e codificadas no uso das formas de tratamento. Assim, os autores definem o emprego das formas V (vós) para relações que requerem tratamento cerimonioso e das formas T (tu) para relações familiares e solidárias. Dos estudos de Almeida (2009; 2014), realizados a partir de dados de produção linguística, depreendemos que o fenômeno em questão é do tipo marcador, dada a sua estratificação estilística e social. Contudo, a fim de precisarmos a sua análise, consideramos ser importante a inserção de dados da percepção e da

avaliação manifestada pelos falantes, visto que o nível de consciência social é um aspecto relevante na investigação da variação e da mudança linguísticas e direciona a construção do estilo, este compreendido, segundo a perspectiva laboviana, como o comportamento linguístico adotado pelo indivíduo em função do monitoramento que imprime à sua fala e determinado por fatores como o interlocutor, o ambiente, a intenção comunicativa, o tema da conversa etc.

Assim, neste trabalho, objetivamos analisar a percepção e o modo como os falantes das duas cidades baianas – Salvador e Santo Antônio de Jesus – avaliam o uso dos clíticos pronominais *te* e *lhe* em contextos de acusativo, identificando os traços sociais e psicológicos (hostilidade, cortesia, distanciamento, solidariedade, respeito, afeto etc.) a eles relacionados, a fim de observar se os resultados obtidos sustentam o argumento de que existe uma diferenciação pragmática entre as duas formas nas duas cidades conforme apontado por Almeida (2009; 2014).

Para isso, utilizamos dados provenientes de duas amostras – de SSA e de SAJ –, cada uma composta por 24 informantes e estratificada segundo o sexo (masculino e feminino), a faixa etária (25 a 35, 45 a 55 e 65 a 85 anos) e o nível de escolaridade (superior e fundamental). O teste foi organizado a partir da simulação de diversas situações discursivas com diferentes interlocutores, a fim de identificar de que modo os papéis sociais e as relações desenvolvidas afetam a escolha das variantes.

A análise dos dados seguiu os princípios teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista e contou ainda com o suporte da Teoria do Poder e da Solidariedade (BROWN; GILMAN, 1960). Dessa forma, com base na avaliação expressa pelos falantes, foi possível verificar em que medida o uso de *te* e *lhe* enquadra-se nos pressupostos da semântica do poder e da solidariedade.

A fim de contextualizarmos adequadamente o objeto desta pesquisa, revisitaremos brevemente, nas próximas três seções, algumas considerações

apontadas por estudos sobre a percepção e a avaliação sociolinguísticas, o papel do interlocutor nas situações comunicativas, bem como sobre as estratégias de representação do acusativo no português brasileiro (PB). Em seguida, serão apresentados o método utilizado e os resultados encontrados na pesquisa, interpretados com base nos pressupostos apresentados.

1 PERCEPÇÃO E AVALIAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA

A língua, como todas as formas de comportamento social, está sujeita a avaliação subjetiva por parte de seus usuários, e isso constitui um princípio fundamental para a compreensão da variação e da mudança linguísticas, sistematizado por Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) no conhecido problema da avaliação.

Na equação desse problema, põe-se em destaque o papel dos indivíduos na efetivação da mudança linguística, partindo-se do princípio de que podem ser, em certa medida, conscientes das mudanças e, dessa forma, manifestam-se positiva ou negativamente em relação a uma variante, o que pode interferir em sua implementação. Essa reação avaliativa advém da capacidade cognitiva – a percepção –, desenvolvida pelos falantes com base em suas experiências linguísticas e sociais, que lhes permite identificar e reconhecer diferenças em seus próprios hábitos de fala e nos de outrem. Não é incomum, por exemplo, que algumas pessoas, por meio da captação de traços linguísticos revelados pelo falante, consigam estabelecer hipóteses consistentes acerca de sua procedência geográfica e social (BAUMANN; BELIN, 2010).

O reconhecimento de tais características possibilita a elaboração de juízos de valores, que não se pautam apenas em elementos estritamente linguísticos mas também de natureza social. Por meio dessa avaliação, a sociedade distingue, por exemplo, variantes de prestígio, associadas ao grupo social de *status*

considerado superior, e variantes estigmatizadas e desprestigiadas, empregadas pelos estratos sociais tidos como mais baixos. Compreendemos que, do ponto de vista linguístico, é insustentável a existência de hierarquia entre as variantes e que os julgamentos subjetivos que lhe são impostos sustentam-se tão somente na avaliação dos papéis dos grupos que as usam. Como argumenta Gnerre (1998, p. 06), “uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais”.

Pela interpretação laboviana, a valoração atribuída a uma forma linguística pode estar no nível da consciência do indivíduo ou abaixo dela, fazendo com que as variáveis sejam categorizadas como estereótipos, marcadores e indicadores (LABOV, (2008 [1972])). Os estereótipos estão no nível de consciência do falante e caracterizam-se por serem formas que recebem constantemente uma valoração social, em geral negativa, e, por isso, estão sujeitos à correção. Os marcadores não apresentam o mesmo nível de consciência dos estereótipos, mas sofrem condicionamentos estilísticos e sociais, ligados à faixa etária e ao sexo, por exemplo. Os indicadores, por sua vez, refletem a variação social (idade e grupo social), mas não estão no nível de consciência do falante e por isso não recebem valoração estilística, passando despercebidos pelos usuários e mesmo pelos linguistas.

Os clássicos estudos de Labov (1963; 1966) sobre a centralização dos ditongos /ow/ e /ay/ em Martha’s Vineyard e a estratificação social do inglês falado em Nova Iorque são reconhecidamente precursores da abordagem da percepção e avaliação subjetiva da língua. Em sua análise para descobrir os padrões que governavam a variação fonológica da vogal núcleo dos ditongos /ow/ e /ay/ na ilha de Martha’s Vineyard, Labov (1963) concluiu que as transformações sociais observadas na ilha traziam consigo implicações linguísticas para os habitantes: os mais velhos, que queriam manter sua

identidade, centralizavam os ditongos, intensificando o uso da variante local como forma de reagir à presença dos turistas que invadiam a ilha no verão; os indivíduos mais jovens, por sua vez, preferiam a variante dos veranistas, inovadora e não estigmatizada, demonstrando maior enquadramento aos padrões culturais trazidos pelo continente.

Em uma das etapas da pesquisa sobre a estratificação social do inglês falado em Nova Iorque, Labov (1966) buscou captar, por meio de testes de avaliação subjetiva – adaptados da técnica *matched guise*⁴ – as reações dos participantes à pronúncia do /r/ final e pré-consonantal. Para isso, trechos da gravação de um texto lido por um grupo de mulheres nova-iorquinas foram submetidos à apreciação de outros falantes também nova-iorquinos, que, simulando serem gerentes de uma empresa, deveriam, com base na percepção sobre a pronúncia, enquadrar cada falante em uma escala de profissões: personalidade televisiva, secretária executiva, recepcionista, telefonista, vendedora, operária de fábrica ou nenhuma das opções. Além disso, os informantes também deveriam indicar que pronúncia empregavam com mais frequência.

Tradicionalmente, os estudos sociolinguísticos partem de dados de produção de fala para descrever a realidade linguística, e a análise da avaliação subjetiva das variantes, em geral, é realizada com base na estratificação social da amostra. Recentemente, contudo, pesquisas sobre percepção, crenças, atitudes e avaliação subjetiva de variáveis do PB (BOTASSINI, 2013; LOURENÇO, 2015; FREITAS; SANTOS, 2016) têm sido desenvolvidas com metodologia própria para esse tipo de análise, como a técnica de estímulos pareados (*matched-guise*) – e suas

⁴ Técnica de investigação de atitudes linguísticas, desenvolvida por Lambert et al. (1960), que consiste em apresentar a um grupo de ouvintes (“juízes”) gravações de indivíduos lendo o mesmo texto, para que, com base nas pistas vocais e de leitura, atribuam aos falantes características como inteligência, sociabilidade, bondade, confiabilidade, empatia etc. Um dado que os “juízes” desconhecem é que a leitura é feita pelo mesmo falante.

variações –, desenvolvida por Lambert et al. (1960) e, como mencionamos, também utilizada por Labov (1966). Embora ainda incipientes na linguística brasileira, esses estudos mostram-se bastante relevantes para uma caracterização sociolinguística mais precisa da comunidade de fala, uma vez que captam os valores sociais e psicológicos atribuídos pelo falante ao que produzem e ouvem, bem como as diferentes atitudes daí decorrentes. Tais pesquisas recorrem a uma abordagem multidisciplinar que congrega estudos da psicolinguística, da psicologia social, da sociolinguística etc.

Neste trabalho, embora não partamos de uma abordagem multidisciplinar, recorreremos a teorias que destacam o papel do interlocutor na definição do comportamento linguístico, como Teoria do Poder e da Solidariedade, que demonstra a correlação entre a escolha da forma pronominal e a relação objetiva existente entre o emissor e o receptor (BROWN; GILMAN, 1960).

2 O PAPEL DO INTERLOCUTOR NA DEFINIÇÃO DO COMPORTAMENTO LINGUÍSTICO

De acordo com a Teoria do Poder e da Solidariedade, desenvolvida por Brown e Gilman (1960), as sociedades são caracterizadas por duas forças opostas: o poder e a solidariedade, em torno das quais se constroem relações simétricas/recíprocas e assimétricas/não recíprocas. Assim argumentam os autores:

Pode-se dizer que uma pessoa tem poder sobre outra na medida em que é capaz de controlar o comportamento da outra. O poder é uma relação entre pelo menos duas pessoas, e não é recíproco no sentido de que ambas não podem ter poder na mesma área de comportamento. Da mesma forma, a

semântica do poder não é recíproca; o superior diz T e recebe V (BROWN; GILMAN, 1960, p. 255).⁵

O poder não está necessariamente ligado à questão econômica, mas à posição na hierarquia social e familiar, à idade, ao gênero, à força física, e configura relações assimétricas, que podem ser ascendentes, de inferior para superior, ou descendentes, de superior para inferior. Nas relações simétricas, os envolvidos estão no mesmo nível hierárquico, podendo haver, ou não, reciprocidade e solidariedade entre eles.

No texto *The pronouns of power and solidarity*, em que discorrem sobre os usos das formas de tratamento em várias línguas, como inglês, francês, italiano, alemão etc., os autores assinalam que o emprego de tais formas está intimamente ligado às relações que se constroem entre os participantes das situações comunicativas em função dos papéis sociais assumidos. Por esse entendimento, descrevem que o uso da forma V (vós) é característico de relações simétricas em que não há solidariedade/intimidade e das relações assimétricas ascendentes, e o uso da forma T (tu) circunscreve-se a relações simétricas solidárias e relações assimétricas descendentes. Destacam, ainda, que as transformações sociais em favor de mais igualdade têm produzido alteração nas relações de poder e, conseqüentemente, no emprego das formas linguísticas que demarcam essa posição. O emprego do pronome *você* como uma forma T e sua inserção no quadro de pronomes pessoais no PB exemplificam o enfraquecimento dessa polarização.

Também argumentando sobre a relevância das diferentes relações entre os interlocutores, construídas com base nos papéis que desempenham socialmente, para a expressão das formas de tratamento, Roncarati (2008) destaca que:

⁵ “One person may be said to have power over another in the degree that he is able to control the behavior of the other. Power is a relationship between at least two persons, and it is nonreciprocal in the sense that both cannot have power in the same area of behavior. The power semantic is similarly nonreciprocal; the superior says T and receives V” (BROWN; GILMAN, 1960, p. 255).

As formas de endereçamento – expressões dêiticas que codificam identidades sociais relativas aos papéis dos participantes do discurso – são [...] dotadas de valores sócio-pragmáticos (sic) e exigem diferentes alinhamentos discursivos na negociação interativa, sinalizando a atitude que se deve adotar em função do *status* social e de poder a ser observado. (RONCARATI, 2008, p. 121).

Assim, o interlocutor parece se configurar como o mais importante determinante para o grau de pressão comunicativa sobre o falante, de modo que este recorrerá a um estilo mais cuidado “diante de interlocutor desconhecido ou de maior poder na hierarquia social ou a quem ele/a precisa ou deseja impressionar” (BORTONI-RICARDO, 2002, p. 02). Naturalmente nas relações que envolvem pessoas de maior intimidade e mesmo nas relações assimétricas de superior para inferior, a pressão comunicativa sobre o falante é menor, de modo que, não tendo a necessidade de impressionar, delinea-se um estilo menos cuidado.

Outra importante questão a considerar é que, nas situações interativas, os participantes estão muitas vezes em confronto e podem expressar o desejo de construir uma imagem positiva de si mesmo. Diante da impossibilidade de controlar a elaboração dessa imagem pelo outro, adotam, então, estratégias de preservação, procurando cultivar a cortesia, a discrição e a solidariedade, atitudes de polidez, que revelam uma preocupação com os sentimentos do outro (HOLMES, 2006) e garantem que seu enunciado esteja em consonância com suas intenções e com a categoria e o papel de seu interlocutor.

A polidez diz respeito a um conjunto de estratégias discursivas destinadas a evitar ou amenizar o conflito. Em relação às formas de tratamento, de modo geral, existem variantes que possibilitam a expressão de valores como solidariedade, cortesia, deferência, formalidade, informalidade, etc. Assim, numa comunidade onde há alternância entre formas que denotam tratamento [+solidário/íntimo/informal] e [-solidário/íntimo/ informal], o falante, numa

tentativa de preservar a sua face ou a de seu interlocutor, pode alternar do uso de pronome mais formal para um menos informal e vice-versa.

3 ESTRATÉGIAS DE REPRESENTAÇÃO DO ACUSATIVO DE SEGUNDA PESSOA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Como exaustivamente apontado em várias pesquisas sobre o PB (MONTEIRO, 1994; MENON, 1995; GALVES, 2001; LOPES; RUMEU, 2007), a perda do caráter de tratamento do pronome *você* e sua inserção no quadro dos pronomes pessoais em concorrência com *tu*, a partir do século XIX, é responsável por uma série de fenômenos no campo morfossintático, a exemplo do desuso das formas acusativas (*o, a, os, as*) e das dativas (*lhe, lhes*), da especialização de *lhe* como objeto direto, da alteração no padrão do preenchimento do sujeito e da redução do paradigma verbal.

As discussões engendradas neste texto enquadram-se no veio dessas mudanças, centrando-se especificamente nas repercussões geradas no paradigma pronominal de segunda pessoa, cujas formas atualmente em uso no PB estão no Quadro 01. Embora tenhamos representado todo o quadro pronominal de segunda pessoa, manteremos nossa discussão apenas em relação às estratégias de acusativo.

Quadro 1: Distribuição dos pronomes pessoais da segunda pessoa no PB.

| Número / Função | Sujeito | Objeto direto | Objeto indireto | Oblíquo |
|-----------------|-----------------------|-----------------------------------|---|------------------------------------|
| Singular | você/ocê/cê tu, ti | você/ocê/cê tu, te, lhe o/a | prep. + você/ocê/cê prep. + tu te, lhe | você/ocê/cê ti contigo tu |
| Plural | vocês/ocês/ cês | vocês/ocês/cês, os/as | prep. + vocês/ocês/cês | vocês/ocês/cês |

Fonte: Adaptado de Almeida (2014).

Por muito tempo os estudos linguísticos sobre formas objetivas enfatizaram as alterações no paradigma de terceira pessoa, mas, ao compararmos esse quadro com aquele tradicionalmente sustentado pela maioria das gramáticas normativas, é notório que a variação na segunda pessoa é bastante consistente.

Como lembrado por Almeida (2016), o papel das alterações ocorridas nesse paradigma foram iniciais e decisivas para todo o quadro pronominal e para a sintaxe do PB. O cenário para isso inicia-se com a degradação semântica de *vós* e a simplificação fonética de *Vossa Mercê*, que, segundo Faraco (1996), estavam em etapa bastante avançada quando os portugueses ocuparam as terras brasileiras, de modo que já era generalizado o uso de *você*, cuja inserção ocorre inicialmente no plural. Ao longo do tempo, contudo, esse pronome também passa a experimentar um desgaste semântico e pragmático, o que ocasionou a perda do seu caráter inicial de cortesia e levou-o a entrar em franca concorrência com *tu* na maior parte dos dialetos do PB a partir do século XIX.

Embora passe a ser interpretado como uma forma interlocutória, *você* introduz-se no quadro dos pronomes pessoais comportando-se formalmente como um item de terceira pessoa dada a sua origem nas formas nominais de tratamento. Tal incompatibilidade entre propriedades formais e semântico-discursivas (LOPES, 2008) não para por aí, já que o uso formal correlacionado à terceira pessoa possibilita a migração de formas pronominais deste paradigma – *o/a(s)* e *lhe*⁶ –, para o de segunda pessoa. No caso de *lhe*, em desuso como clítico dativo de terceira pessoa, além de seu traço distintivo de pessoa, perde a marcação de caso, na medida em que deixa de ter seu uso exclusivo para

⁶ Almeida (2009; 2014) destaca que a forma plural *lhes* nas funções de objeto direto e objeto indireto referindo-se à segunda pessoa não foi registrada nos *corpora* organizados, sugerindo, então, que essa forma seja bem pouco usual no português brasileiro.

representar o dativo, passando também a expressar o acusativo tanto na segunda (confira-se o exemplo (01)) como na terceira pessoa, conforme o exemplo (03):

(03) O médico chegou, mas ninguém *lhe* viu passar.

Usos como esse aparecem como estratégia para evitar o preenchimento da posição de objeto com o clítico canônico e com a forma lexical *ele/ela* e são mais comuns em contextos, falados ou escritos, de maior monitoramento.

Sobre todo o cenário das transformações no âmbito das formas acusativas de segunda pessoa, Ramos (1999) assinala que a tensão no sistema pronominal

[...] fez com que o *lhe* (forma dativa de terceira pessoa) invadisse o domínio acusativo do *te*, e deu sua parcela de contribuição para o desuso pronominal da forma *o*. A esses fatos soma-se um outro, que já se manifestara desde o século XIX: nas variedades do PB que ainda conservam a distinção *tu-você*, a referência direta ao ouvinte numa situação de respeito/cortesia praticamente especializou o *lhe* como acusativo de *você*, *senhor/senhora* (RAMOS, 1999, p. 81, grifos no original).

Com base no Quadro 1, exemplificamos a seguir as principais estratégias de pronominalização para expressão do objeto direto acusativo, destacando nosso interesse nas representações com *te* e *lhe*. Este, embora esteja presente em diferentes regiões do país, tem sido identificado como uma marca dialetal do Nordeste.

- (04) Eu vi *você/cê/ocê* na praça.
- (05) Eu vi *tu* na praça.
- (06) Eu *te* vi na praça.
- (07) Eu *lhe* vi na praça.
- (08) Eu *o/a* vi na praça.
- (09) Eu vi *o/a senhor/senhora* na praça.
- (10) Você me viu na praça? Sim, vi \emptyset .

4 METODOLOGIA

Costuma-se investigar as crenças, atitudes e avaliação sociolinguística por meio de métodos específicos, que podem ser diretos ou indiretos. No primeiro tipo, são utilizados entrevistas e questionários abertos ou fechados, incluindo questionamentos metalinguísticos; no segundo, os informantes são submetidos à coleta de dados sem que tenham consciência disso, como ocorre na utilização da técnica *matched guise*, proposta por Lambert (1960), e *self report test*, na qual os falantes selecionam, dentre as variantes linguísticas, aquelas que, supostamente, se aproximam do seu uso (FREITAG, 2018).

Neste trabalho, empregamos tanto o método indireto quanto o direto. Em um primeiro momento, os participantes foram submetidos a um teste de percepção e avaliação linguística que lhes apresentava as variantes pesquisadas em frases previamente gravadas, para que indicassem aquela que usariam na situação descrita. Ao final, eram induzidos, por meio de um questionário breve, a produzir comentários metalinguísticos que explicassem a escolha da resposta.

Os instrumentos descritos foram aplicados a 24 informantes de cada localidade pesquisada, selecionados com base nos critérios comumente utilizados para estratificar amostras em estudos sociolinguísticos: sexo/gênero (masculino e feminino), faixa etária (25 a 35 anos, 45 a 55 e 65 a 85) e escolaridade (ensino fundamental e ensino superior)⁷.

A técnica empregada procurou simular variadas situações discursivas com diferentes interlocutores – professores jovens e velhos, políticos, pessoas desconhecidas etc. –, apresentados aos falantes por meio de fotografias anteriormente selecionadas de acordo com as características pretendidas para a

⁷ A variável escolaridade foi usada apenas para a estratificação dos informantes, mas não foi incluída na análise dos dados neste estudo, o que não indica que não mereça uma investigação acurada em trabalhos futuros.

interação. Elaboramos um questionário com 16 perguntas relacionadas às situações comunicativas evidenciadas nas imagens (aula, conversa entre amigos, encontro com desconhecidos, diálogo com políticos, brincadeira com crianças, ajuda a idosos) e para cada uma delas foram previamente gravadas⁸ duas possibilidades de respostas a serem avaliadas, como nos exemplos (11) e (12), cujas frases referem-se a uma situação em que o informante, supostamente, estaria brincando de pega-pega com um menino.

(11) Corre que vou te pegar.

(12) Corre que vou lhe pegar

Considerando que a percepção que o falante tem do seu interlocutor bem como a relação que com ele mantém afetam o seu estilo de fala, definimos a escolha dos supostos interlocutores com base em critérios, como sexo (feminino e masculino), idade (mais velho, mais novo e mesma faixa etária) e relação estabelecida (mais intimidade e menos intimidade). Com o propósito de oferecer contextos os mais equânimes possíveis, foram selecionadas imagens de pessoas que caracterizassem os aspectos possivelmente relacionados ao uso pronominal em discussão. Dessa maneira, havia imagens de pessoas desconhecidas mais velhas e mais novas, de amigos conversando, de crianças brincando, de pais, de figuras políticas públicas, como os então governador do estado e presidenta da República e, ainda, de professores, homens e mulheres, mais velhos e mais novos.

Imediatamente após a execução da gravação, o informante indicava a sua escolha para o contexto de interação apresentado. Ao final dessa etapa, eram feitas perguntas metalinguísticas, por meio das quais questionávamos sobre aspectos mais subjetivos do uso do *te* e do *lhe*, como, por exemplo, se consideravam uma das formas mais correta do que a outra, se havia algum tipo

⁸ Recorremos a esse procedimento a fim de garantir que cada informante avaliasse as frases pronunciadas com a mesma entonação, evitando, assim, que possíveis diferenças pudessem influenciar a escolha.

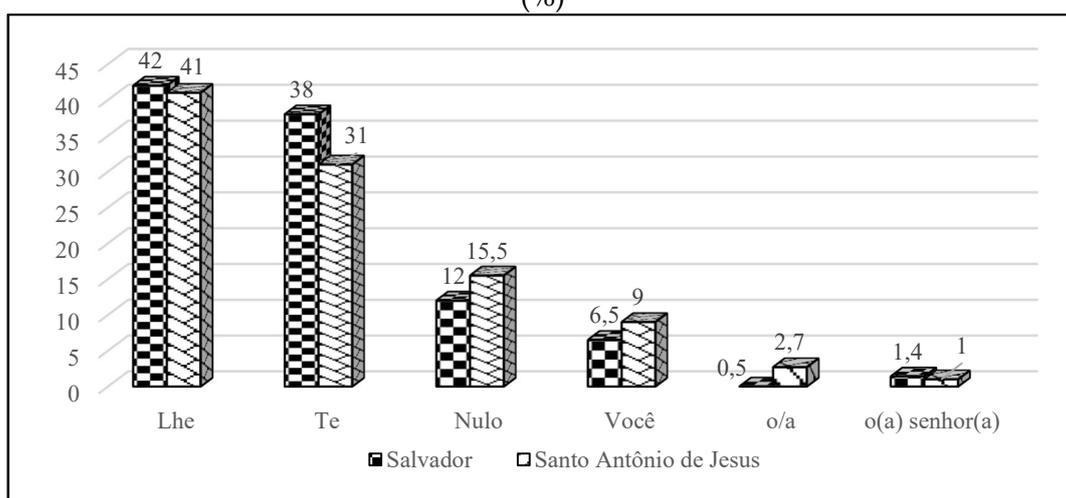
de contexto específico para cada uma e mesmo se já haviam pensado a respeito de tais usos. É válido salientar que alguns informantes, mesmo sem que lhes fosse solicitado, ao escolherem uma das frases, já ofereciam as explicações.

Por fim, importa informar que os dados obtidos foram analisados observando-se a interferência das variáveis *tipo de interlocutor*, *faixa etária dos participantes* e *sexo*.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Em Santo Antônio de Jesus, prevalece o uso do subsistema de tratamento *tu~você* (OLIVEIRA, 2007; DIVINO, 2008), enquanto em Salvador, há emprego quase categórico da forma de tratamento *você* (DEUS, 2009; NASCIMENTO; PAIM, 2016). Quanto às formas objetivas do paradigma de segunda pessoa, as comunidades compartilham o uso das mesmas estratégias, conforme apresentado no Gráfico 01 a seguir, reproduzido de Almeida (2016):

Gráfico 01: Formas de representação do OD em Salvador e em Santo Antônio de Jesus (%)



Fonte: Almeida (2016)

As estratégias apresentadas são as registradas por Almeida (2009; 2014) – exemplificadas em (04), (06), (07), (08), (09) e (10) –, que não observou, na amostra organizada, outras ocorrências possíveis no PB, como *tu* e *cê/ocê*.

Quanto aos clíticos pronominais *te* e *lhe*, que são as formas prevalentes, em ambas as localidades, há predileção por este último na posição de objeto direto, com 42% de uso em Salvador e 41% em Santo Antônio Jesus. Como segunda estratégia, tem-se o pronome *te*, com 38% e 31%, em Salvador e SAJ, respectivamente. Embora os dados absolutos indiquem a tendência das comunidades ao uso de *lhe*, é importante analisá-los com base nos fatores que, por hipótese, interferem na avaliação feita pelos falantes e, por extensão, nas escolhas realizadas. Nesse sentido, por serem formas de tratamento as variantes aqui em estudo, entendemos que o papel social dos interlocutores bem como a natureza da relação que se estabelece entre eles são fundamentais para a compreensão da variação evidenciada.

Como hipótese inicial, esperava-se que, em SAJ, as variantes tivessem valor pragmático bem definido, em função de sua correlação com o subsistema pronominal *tu~você*, com contextos de uso mais delimitados. Assim, para os pronomes em posição objetiva direta, sugerimos a existência de um padrão semelhante, com [+formalidade/respeito/cortesia] para a variante *lhe* e [-formalidade/ respeito/cortesia] para *te*, obedecendo ao princípio do paralelismo discursivo e à semântica do poder e da solidariedade. Em Salvador, esperava-se que houvesse um traço de distinção pragmático-estilística menos evidente nos usos de *te* e *lhe*, já que os falantes tendem a usar a forma de tratamento *você* de maneira indistinta, seja em relações solidárias ou nas não-solidárias. Esperava-se, ainda, que o emprego da variante *lhe* fosse mais marcante em grupos de falantes mais velhos (65 a 85 anos) em ambas as localidades, pois entendemos que este grupo revela um comportamento mais conservador, dando preferência a formas linguísticas que manifestem [+formalidade/respeito/ cortesia].

Segundo Brown e Gilman (1960), o uso das formas de tratamento está substancialmente ligado aos papéis sociais dos envolvidos na interlocução, e as dimensões de poder e solidariedade manifestarão a depender da escala hierárquica ocupada por cada um. Em nosso trabalho, além de termos definido situações com interlocutores representativos de diversos papéis (políticos, professores, pais, amigos, crianças), codificada na variável *tipo de interlocutor*, observamos também a escolha das variantes em função da *faixa etária dos participantes* (mesma idade, interlocutor mais velho, interlocutor mais novo) e do *sexo* (mesmo sexo, sexo oposto), entendendo que esses fatores também são indicativos de relações de poder. Salientamos que os resultados expostos tomarão como valor de aplicação da regra a variante *lhe*, por isso nas tabelas exibimos apenas as frequências relativas a esta. Por complementaridade, os números referentes à variante *te* poderão ser deduzidos.

Para a análise das respostas dadas pelos informantes segundo a variável *tipo de interlocutor*, foi elaborada uma escala hierárquica de formalidade referente ao suposto interlocutor, partindo de indivíduos desconhecidos, autoridades políticas, professores, até pessoas conhecidas, como amigos, vizinhos, pais e crianças. Sugerimos que as relações assimétricas ascendentes (de inferior para superior) devem favorecer o uso do *lhe*, principalmente em comunidades como Santo Antônio de Jesus, que, estando distante dos grandes centros urbanos, deve preservar mais a dimensão do poder nessas relações. Na Tabela 01 é possível acompanhar os valores numéricos indicativos da interferência do tipo de interlocutor.

Tabela 01: Escolha de *lhe* como OD na amostra do teste de avaliação de falantes santoantonienses e soteropolitanos em relação ao tipo do suposto interlocutor.

| Tipo do suposto interlocutor | Santo Antônio de Jesus | | Salvador | |
|------------------------------|------------------------|------|-----------|------|
| | Apl/total | % | Apl/total | % |
| Desconhecido | 29/47 | 61,7 | 27/48 | 56,2 |
| Amigo | 6/25 | 24 | 10/24 | 41,7 |
| Criança | 3/24 | 12,5 | 7/24 | 29,2 |
| Pais | 11/24 | 45,8 | 11/26 | 42,3 |
| Autoridades Políticas | 17/24 | 70,8 | 17/24 | 70,8 |
| Professor | 32/48 | 66,7 | 18/46 | 67 |
| Total | 98/192 | 51 | 90/192 | 39,1 |

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados da pesquisa.

Apesar de Santo Antônio de Jesus e Salvador terem subsistemas pronominais de tratamento diferentes, notou-se um comportamento similar quanto ao uso do *te* e do *lhe* em posição de objeto direto, quando se levou em consideração o tipo do suposto interlocutor envolvido na relação dialógica.

Dentre as possibilidades de interlocutores apresentadas na pesquisa, as autoridades políticas, professores e desconhecidos ocupam um extremo do contínuo de formalidade, com opção pelo *lhe* com 70,8%, 66,7% e 61,7% em SAJ e 70,8%, 67% e 56,2% em Salvador, respectivamente. Para este grupo, notou-se uma prevalência na escolha do *lhe*, o que evidencia que esta forma era escolhida por seu caráter de mais formalidade, de menor aproximação, fazendo-se necessária a marcação de poder de um interlocutor sobre o outro.

Ao refletirem sobre a escolha das variantes, alguns falantes revelaram ser conscientes de que estas devem ser usadas segundo a posição hierárquica de seu interlocutor, como é possível acompanhar no comentário a seguir:

(13) Se eu for falar com um professor, eu não vou falar *te* nem *tu*, eu falo *lhe*, né? E se for com as pessoas assim, como o governador, um prefeito, uma autoridade maior, eu tenho vergonha de chamar *tu*, então eu chamo *lhe*.

Agora quando é um menino, uma amiga assim da minha idade ou uma criança, aí eu falo *te*. [Mulher, Fund., F2, SAJ]

(14) Pra mim tanto faz, vai depender de com quem está falando. Tipo, a forma de você falar, digamos, com uma diretora e com um aluno é diferente. [Homem, Fund., F2, SAJ]

(15) [Para professora mais velha] Eu sempre usaria *lhe*. [...] Na França, por exemplo, o *tu* é para quem tem mais intimidade e o *vous* é se você não tem intimidade. Usaria o *lhe*, mas para um colega usaria *te*. [Mulher, Sup., F3, SSA]

No exemplo (13), a informante santoantoniense da faixa 2 (45 a 55 anos) deixa claro o valor de menos prestígio que atribui ao tratamento com *tu* e *te* ao admitir que não usaria tais formas para se dirigir a um professor e ao governador. A comprovação de sua avaliação é feita logo adiante quando menciona que usaria *te* para uma amiga de sua idade e uma criança, ou seja, interlocutores cuja posição na hierarquia não remete ao poder. Essa avaliação manifestada pela informante converge com os dados numéricos, pois, em ambas as localidades, houve predileção pela escolha da forma *te* quando a situação envolvia uma criança no papel de interlocutor. Em SAJ, dos 24 informantes pesquisados, registramos apenas 12,5% (3/24) de usos de *lhe* para essa situação e, em Salvador, 29,2% (7/24). Quando visto isoladamente, o resultado observado para Salvador está em consonância com o esperado para relações solidárias, mas, quando posto em contraste com o dado obtido para SAJ, podemos considerar que a diferença expressiva pode se dar graças à atribuição de um traço de mais neutralidade à forma *lhe* por alguns falantes da capital.

A informante soteropolitana da faixa 3 (65 a 85 anos) também demonstra reconhecer usos diferenciados para os clíticos *te* e *lhe*, destinando este último para o tratamento cerimonioso e o primeiro para situações que envolvem mais solidariedade entre os interlocutores, quando menciona que “para um colega usaria *te*. Sua avaliação também mostra certa convergência com os resultados

numéricos, pois em relações em que o interlocutor era um amigo, o falante soteropolitano revelou percentual de escolha de *lhe* levemente menor do que o *te* – 41,7 e 53,3 %, respectivamente. Aqui, novamente, parece estarmos diante da indicação de maior neutralidade de *lhe* na fala soteropolitana, uma vez que os falantes recorrem a uma forma V para endereçamento a pessoas íntimas. Em Santo Antônio de Jesus, a preservação deste clítico na fala dirigida a amigos é bem menor, ocorrendo apenas em 24% das situações, já que a relação nesse acaso exige menor rigor nas formas de tratamento, pois se sobressai a solidariedade.

No comentário em (16), há novamente uma avaliação atributiva de traço de prestígio a *lhe*, ao passo que *te* é visto como uma forma “mais popular”, portanto com menos prestígio.

(16) É mais chique também o *lhe*. Parece tratamento... É por isso que eu emprego mais o *te*, que é mais... Mais popular. [Mulher, Sup., F2, SSA].

Seguindo em seu comentário, a informante reforça sua avaliação, enfatizando que a forma *lhe* possui um traço indicativo de maior respeito.

(17) Doc: Se você tivesse falando com o governador...
Inf: Eu ia usar o *lhe*, porque, como eu falei, parece assim uma coisa mais de respeito, tratamento. [Mulher, Sup., F2, SSA].

No comentário em (18), a seguir, o falante santoantoniense da faixa 3, com ensino superior, que não demonstrou variação quanto à escolha dos clíticos durante a aplicação do teste de avaliação, atribui os traços indicativos de aproximação e afastamento, respectivamente, a *te* e *lhe*.

(18) Esse *te* me aproxima mais; o *lhe* me afasta um pouquinho... Eu acho. [Homem, Sup., F3, SSA]

Em suas respostas, registramos apenas o uso de *te*, o que, provavelmente, pode ser explicado pelo seu papel na comunidade. Apesar de seus 65 anos, esse

informante tem um perfil bastante jovial, inclusive em termos de aparência e, além disso, sua posição como ex-candidato a prefeito nas últimas eleições municipais parece ter alguma influência em seu comportamento linguístico, como pudemos supor a partir de suas respostas às perguntas metalinguísticas. Flagramos, em suas observações, um constante apelo à informalidade como estratégia para se manter o mais próximo possível de seus potenciais eleitores.

(19) Eu tenho o hábito de me colocar de uma forma informal, eu sou assim, talvez eu vá para o *te* o tempo todo... Eu acho que o *te* me aproxima, abre portas. O *lhe* me afasta. [Homem, Sup., F3, SAJ]

(20) Eu acho o *te* mais... mais íntimo assim, mais convidativo, mais abraçador, mais acolhedor. O *lhe* acho que afasta um pouco mais, fica muito formal, não sei. [Homem, Sup., F3, SAJ]

Retornando à Tabela 01, observamos que, quando o interlocutor está na hierarquia familiar, pai ou mãe no caso, há uma certa flutuação na escolha das formas, mas com ligeira preferência pelo *te*. Essa oscilação pode ser justificada pelas diferentes relações que as pessoas estabelecem com seus pais, sendo mais próximos de um ou de outro. Modernamente, para falantes mais jovens, essa hierarquia não se revela com tanta rigidez, de modo que as relações entre pais e filhos passam a ser interpretadas como relações entre membros da mesma família, do que se pode inferir que sejam mais baseadas na reciprocidade/solidariedade, decorrendo daí o emprego de formas de tratamento mais igualitárias. Esse comportamento reflete as mudanças na natureza das relações a partir do século XX, como apontado por Brown e Gilman (1960), com a emergência de relações um pouco mais recíprocas na forma de tratamento, o que não implica que a semântica do poder tenha desaparecido.

Alguns informantes indicavam que seus pais eram como seus amigos mais íntimos, as pessoas com as quais tinham as relações mais próximas. Em contrapartida, houve aqueles que, evidenciando a hierarquização dos papéis

familiares, disseram que os pais eram as pessoas a quem se devia respeito máximo e que, inclusive, só os chamariam de *o senhor* e *a senhora*, mas que, diante das opções postas na pesquisa, a melhor escolha seria o *lhe*:

(21) Doc: Por que para mãe foi *lhe* e para o pai foi *te*?

Inf: É porque, veja bem, eu tinha uma certa intimidade com meu pai de amigo, e a mãe já é mais de respeito. Eu acho que a mãe usa *lhe* porque a gente tem mais um respeito, e o pai a gente trata mais como amigo, e amigo é mais *te*, né? Quando tem mais consideração, trata sempre *lhe*. (Homem, Fund., F3, SAJ)

Ao analisar os dados dos testes de avaliação referentes à escolha da variante em função da idade do interlocutor, como demonstram dos dados da Tabela 02, notou-se que, em ambas as localidades, houve escolha prevalecte da forma *lhe* para a interlocução com pessoas mais velhas, com 62,5% de uso em SAJ e 56% em Salvador, ficando o *te* reservado para o diálogo entre pessoas mais jovens.

Tabela 02: Escolha de *lhe* como OD na amostra do teste de avaliação de falantes santoantonienses e soteropolitanos em relação à idade do interlocutor.

| Idade do Interlocutor | Santo Antônio de Jesus | | Salvador | |
|-----------------------|------------------------|------|-----------|------|
| | Apl/total | % | Apl/total | % |
| Mais velho | 45/72 | 62,5 | 41/73 | 56 |
| Mesma idade | 32/68 | 47 | 32/72 | 44 |
| Mais novo | 21/52 | 40 | 14/47 | 36 |
| Total | 98/182 | 51 | 90/192 | 46,9 |

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados da pesquisa.

Esse resultado aponta que a maior parte dos falantes interpreta a forma *lhe* como um pronome indicador de mais respeito, e, por isso, seria mais adequado ao tratamento de falantes mais velhos. Ao explicar sua escolha, uma das participantes evidencia essa avaliação:

(22) *Te é muita intimidade... Porque ela é mais velha do que eu.* [Mulher, Sup., F3, SSA]

Com relação ao sexo/gênero do interlocutor, notou-se, em SAJ, que os falantes não levam tal característica em consideração para a escolha da forma de tratamento objetiva. A resposta de um dos informantes atesta esse resultado:

(23) *O gênero não faz diferença, faz diferença a proximidade.* [Homem, Sup., Faixa 2, SAJ].

Os dados representativos da escolha das variantes nesse contexto seguem demonstrados na Tabela 03:

Tabela 03 – Escolha de *lhe* como OD na amostra do teste de avaliação de falantes santoantonienses e soteropolitanos em relação ao sexo/gênero do interlocutor.

| Sexo/gênero do interlocutor | Santo Antônio de Jesus | | Salvador | |
|-----------------------------|------------------------|------|-----------|------|
| | Apl/total | % | Apl/total | % |
| Mesmo sexo | 51/100 | 51 | 41/94 | 44 |
| Sexo oposto | 47/92 | 51 | 49/98 | 50 |
| Total | 98/192 | 46,9 | 90/192 | 46,9 |

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados da pesquisa.

Os falantes de Salvador, por sua vez, têm um uso ligeiramente maior da forma *lhe* para a interlocução com pessoas do sexo oposto.

De modo geral, o estudo mostrou que o gênero do interlocutor não é decisivo para a escolha da forma de tratamento, o que reflete a constante busca por equidade nesse quesito.

CONCLUSÃO

Apesar de terem subsistemas pronominais de tratamento diferentes, Santo Antônio de Jesus e Salvador apresentaram resultados convergentes quanto à

opção entre o *te* e o *lhe* como OD. Houve prevalência do *lhe* para as relações assimétricas ascendentes e, de maneira oposta, preferiu-se o *te* nas relações assimétricas descendentes. Os usos mais acentuados de *lhe*, em Salvador, em alguns contextos como na fala para amigos ou para crianças apontam que, na capital, esse pronome tem tendência à neutralidade, acompanhando a natureza de *você*.

O que marca a diferença entre as comunidades analisadas é o tipo de reflexão metalinguística feita pelos falantes. Em SAJ, as pessoas estabelecem uma relação direta entre a escolha do *te* ou do *lhe* em posição de OD com a escolha entre o *tu* e o *você*, ou seja, há, muitas vezes, na escolha pronominal, a consideração de um juízo de valor sobre o uso das formas, como se pode perceber nos comentários a seguir.

(24) Meus pais me ensinaram que tenho que ter todo respeito com quem eu não conheço, então *te* e *lhe*...quer dizer, é uma pessoa que eu não conheço, não sei quem é, não posso dizer *te* conheço. É *lhe* conheço." [Homem, Fund., Faixa 3].

(25) Porque, assim, meu patrão mesmo, eu acho que tem uma diferença entre mim e ele para eu falar *te*. Aí eu acho... não sei porque, não sei se foi minha criação, porque a gente foi criado chamando todo mundo de senhor, mas pessoas mais velhas, as pessoas mais ricas. [Mulher, Fund., Faixa 2].

Entre os falantes de Salvador, por sua vez, apesar de a maioria optar pelo *lhe* como OD ao se referir a pessoas desconhecidas, professores e autoridades políticas, ou seja, àqueles com quem se tem menos intimidade, notou-se, nos comentários, que a escolha da forma *te* não seria julgada exatamente como inadequada, como acontece em SAJ.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gilce de Souza. *Quem te viu quem lhe vê: a expressão do objeto acusativo de referência à segunda pessoa na fala de Salvador*. 2009. 193 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

ALMEIDA, Gilce de Souza. *Uso variável dos pronomes-objeto na expressão do dativo e do acusativo de segunda pessoa em Santo Antônio de Jesus – BA*. 2014. 250 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

ALMEIDA, Gilce de Souza Almeida. Uso dos pronomes-objeto de segunda pessoa na fala de Salvador e de Santo Antônio de Jesus. *Veredas* (UFJF. Online), Rio de Janeiro, v. 20, p.122 - 135, 2016.

BAUMANN, Oliver; BELIN, Pascal. *Perceptual scaling of voice identity: common dimensions for different vowels and speakers*. *Psychol Res.*, v. 74, n. 1, p. 110-120, 2010.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Um modelo para a análise sociolingüística do português do Brasil. In: BAGNO, Marcos. (Org.). *Lingüística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

BOTASSINI, Jacqueline Ortelan Maia. Avaliação dialetal por meio da técnica de medição indireta. *Revista Línguas e Letras*, v. 14, n. 26, p. 1-21, 2013.

BROWN, Roger; GILMAN, Albert. The pronouns of power and solidarity. In: SEBEEK, T.A. et al. *Style in language*. Cambridge: The MIT Press, 1960. p. 253-276.

BROWN, Roger; LEVINSON, S. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

DEUS, Viviane Gomes de. *Você ou tu? Nordeste versus Sul: O tratamento do interlocutor no português do Brasil a partir de dados do Projeto ALiB*. 2009. 166 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

DIVINO, Ludinalva do Amor. *Como trato o meu receptor? (a propósito do uso de tu/você em Santo Antônio de Jesus-BA)*. 2008. 170 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. O tratamento *você* em português: uma abordagem histórica. *Fragmenta*, Curitiba: Editora da UFPR, n. 13, p. 51-82, 1996.

FREITAG, Raquel Meister Ko. Saliência estrutural, distribucional e sociocognitiva. *Acta Scientiarum*. Language and culture. Maringá, v. 40, n. 2, 2018.

FREITAG, Raquel Meister Ko; SANTOS, Adelmileise de Oliveira. Percepção e atitudes linguísticas em relação às africadas pós-alveolares em Sergipe. In: LOPES, Norma da Silva Lopes et. al (Orgs.). *A fala nordestina: entre a sociolingüística e a dialetologia*. São Paulo: Blucher, 2016, p. 109 -122.

GALVES, Charlotte. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

GNERRE, Maurizio. Linguagem, poder e discriminação. In: GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 5-33.

HOLMES, Janet. Complimenting a positive politeness strategy. In: PAULSTON, C.

B.; TUCKER, G.R. *Sociolinguistics: the essential readings*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

-
- LABOV, William. The Social Motivation of a Sound Change. *WORD*, 19:3, 273-309.
- LABOV, William. *The social stratification of English in New York City*. Washington, D.C: Center for Applied Linguistics, 1966.
- LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].
- LAMBERT, Wallace. E. et al. Evaluational reactions to spoken language. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 1960. p. 44-51.
- LOPES, Célia Regina dos Santos; RUMEU, Márcia de Brito. O quadro de pronomes pessoais do português: as mudanças na especificação dos traços intrínsecos. In: CASTILHO, Ataliba et al. (Org.). *Descrição, história e aquisição do português*. São Paulo: FAPESP; Pontes, 2007. v. 1, p. 419-435.
- LOURENÇO, Dayse de Souza. *Crenças e atitudes linguísticas: tendências de reação de falantes curitibanos e londrinenses*. 2015. 109 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.
- MENON, Odete Pereira da Silva. O sistema pronominal do Brasil. *Revista Letras*, Curitiba, n. 44, p. 91-106, 1995.
- MONTEIRO, José Lemos. *Pronomes pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil*. Fortaleza: UFC, 1994.
- NASCIMENTO, Lorena Cristina Ribeiro; PAIM, Marcela Moura Torres. A variação tu/você no português popular falado de Salvador e Amargosa, na Bahia. In: LOPES, Norma; PARCERO, Lúcia Maria; CARVALHO, Cristina (Orgs.). *Estudos sobre e relação entre língua e Sociedade. Anais do VI Encontro de Sociolinguística*, 2016, p. 31-45
- OLIVEIRA, Luanda Almeida Figueiredo de. Tu e você no português rural do estado da Bahia. Comunicação apresentada no IV Seminário de Pesquisa de Letras da UFBA. Salvador, 2007.
- RAMOS, Conceição de Maria Araújo. *O clítico de 3ª pessoa: um estudo comparativo português brasileiro / espanhol peninsular*. 1999. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 1999.
- RONCARATI, Cláudia. Dêixis social – a designação socialmente referenciada: “sabe com quem está falando?” In: RONCARATI, Cláudia; VOTRE, Sebastião. (Orgs.). *Anthony Julius Naro e a linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006[1968].

AS AUTORAS E O PPGLinC

Gilce de Souza Almeida

Comecei minha trajetória acadêmica na UEFS, onde concluí a graduação em 1999. Anos depois, ingressei na UFBA, onde, orientada pela querida Jacyra Mota, cursei o Mestrado (2009) e o Doutorado (2014), este último na primeira turma do PPGLinC. O contato com reconhecidos pesquisadores do Programa, dos quais muito me honra ter sido aluna, sem dúvida, foi fundamental para a construção de minha trajetória na pesquisa e na docência no ensino superior. Desde 2010, sou professora de Linguística e Estágio Supervisionado, na UNEB, *campus V*, onde desenvolvo pesquisa na área de sociolinguística e ensino de língua portuguesa e sigo com a responsabilidade de propagar o saber científico, a defesa da educação pública, o respeito à diversidade linguística e com a grandiosa tarefa de formar professores no interior da Bahia.

Vívian Antonino

Minha formação acadêmica se deu toda na UFBA, com graduação em Letras Vernáculas (2005), Mestrado (2007) e Doutorado (2012) em Letras e Linguística. Desde o início da graduação me encontrei com a Sociolinguística e, em diálogo constante com os estudiosos da área, sigo estudando as relações entre língua e sociedade. Sou, desde 2013, professora de Língua Portuguesa e Linguística na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, *campus Jequié*, e lá me dedico à pesquisa sociolinguística e à formação de professores de Língua Portuguesa.

Nota do editor:

Artigo submetido para avaliação em: 29 de setembro de 2020.

Aprovado em sistema duplo cego em: 04 de março de 2021.